



## PARECER JURÍDICO

### Parecer nº 357/2019

Proc. Administrativo nº 148/2019

### Dispensa Emergencial de Licitação nº 003/2019

Interessado: Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

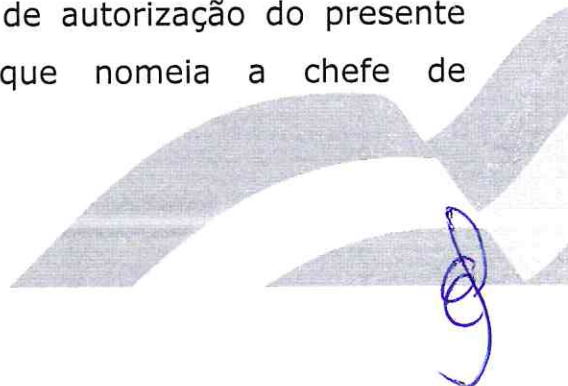
Consulente: Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LEI DE LICITAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO DE UM RESERVATÓRIO ELEVADO, NO MUNICÍPIO DE COELHO NETO. PARECER PELA LEGALIDADE.

## RELATÓRIO

Trata-se o expediente de uma consulta advinda do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, de interesse da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, para análise jurídica do processo de dispensa emergencial de licitação para contratação emergencial de empresa para execução dos serviços de demolição de um reservatório elevado, para atender as necessidades do Município de Coelho Neto – MA.

O processo administrativo está instruído com os seguintes documentos: Ofício nº 34/2019, solicitação de autorização do presente processo licitatório; Portaria 405/2018, que nomeia a chefe de





departamento de compras e almoxarifado da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças; Portaria nº 426/2018, que nomeia o Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Finanças; Decreto nº 183/2018, que designa ordenador de despesa Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Finanças; Parecer técnico do engenheiro civil de fiscalização; Ofício nº 476/2019/PGMCN, da Procuradoria Geral do Município encaminhando decisão judicial; Despacho para cotação de preços; Cotação de preço; Solicitação de informações de Disponibilidade Orçamentária; Dotação orçamentária; Autorização da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças para abertura do processo licitatório; Autuação; Portaria nº 593/2019, designando servidores que atuarão como membros da Comissão Permanente de Licitação e sua publicação; Justificativa da contratação; Documentações pertinentes exigidas da empresas a ser contratada; Minuta do contrato administrativo para análise; e solicitação de parecer jurídico acerca da Minuta do Contrato, do Presidente da Comissão de Licitação.

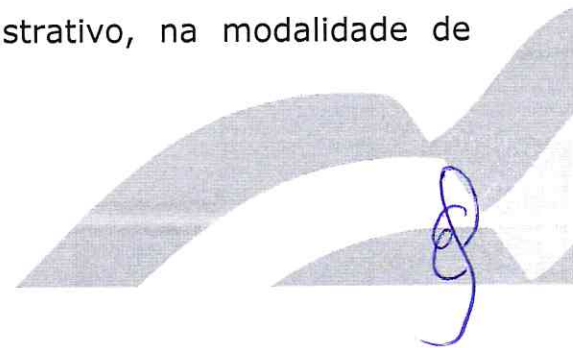
Em apartada síntese, este é o objeto da presente consulta.

É o relatório. Passo opinar.

## FUNDAMENTAÇÃO

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da CRFB/88, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam: a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Depreende-se dos autos, pedido de solicitação de despesa para execução do objeto deste processo administrativo, na modalidade de







dispensa emergencial de licitação, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 24 – É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Assim, de acordo com o diploma legal, o objeto do presente processo pode ser realizado através de dispensa (contratação emergencial de empresa para execução dos serviços de demolição de um reservatório elevado), tendo em vista a situação de emergência e a situação de risco que os munícipes com a ausência do presente serviço, conforme foi justificado no presente processo.

Ressaltam a doutrina e a jurisprudência que a dispensa de licitação deve ser excepcional, pois a regra é que toda a contratação da Administração Pública deve ser precedida de licitação, para preservar o princípio da supremacia do interesse público.

Ausência de licitação não equivale à contratação informal, realizada com quem a administração bem entender, sem cautelas nem documentação. A contratação direta não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a administração pública, ou seja, não caracteriza poder discricionário puro ou livre atuação administrativa. Permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes.





Por isso, num primeiro momento, a Administração verificará a existência de uma necessidade a ser atendida. Deverá diagnosticar o meio mais adequado para atender ao reclamo. Definirá um objeto a ser contratado, inclusive adotando providências acerca da elaboração de orçamentos, apuração da competitividade entre a contratação e as previsões orçamentárias.

**Ao que vejo, pelos documentos que instruem o presente processo, todas essas providências foram tomadas, inclusive o período (180 dias) está adequado ao permitido por lei,**

Quanto a Minuta do Contrato, referente ao Procedimento de Dispensa Emergencial de Licitação em comento, depreende-se que o mesmo está apto a produzir seus efeitos normativos, atendendo aos parâmetros jurídicos legais, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, **concluo que** a contratação emergencial de empresa para execução dos serviços de demolição de um reservatório elevado, para atender as necessidades do Município de Coelho Neto – MA, observando a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, em especial o disposto no art. 24, inciso IV, hipótese em que se enquadra a consulta submetida, **PODE ser realizada por meio da dispensa emergencial de licitação, em conformidade com a Lei de Licitações.**

É o parecer, salvo melhor juízo.

Coelho Neto – MA, 20 de novembro de 2019.

**ELANNE CARLUANDA FERREIRA E SILVA**

Assessora Jurídica do Município de Coelho Neto – MA  
Portaria nº 028/2017 – OAB/MA 16019